

PRIMO LEVI E A LITERATURA COMO ATO ÉTICO

Marcelo Leandro dos Santos¹

Resumo: O objetivo deste estudo é analisar a obra de Primo Levi como expressão inaugural da literatura de testemunho. Como metodologia, caracteriza a decisão de escrever o relato da vivência em Auschwitz como categoria singular da literatura, na medida em que o escrito se compromete com a profundidade da ética, entendida originalmente como campo do saber filosófico. Assim, que Auschwitz tenha existido e que tenha havido sobreviventes que decidiram escrever se torna uma questão central como crítica à violência. Solitariamente, a filosofia não seria capaz de produzir uma tal crítica. Este tópico é elucidado como pano de fundo pela abordagem adorniana do não-idêntico, dada a particularidade da literatura de testemunho. A partir disso, têm-se como resultado deste estudo que um escrito não conceitual expõe em primeira mão dinâmicas do pensamento que serão estudadas postumamente pela Filosofia. Portanto, a conclusão deste estudo indica que a Literatura se relaciona como outro da Filosofia.

Palavras-chave: Primo Levi. Literatura de testemunho. Auschwitz. Ética do escrever. Violência.

PRIMO LEVI AND LITERATURE AS AN ETHICAL ACT

Abstract: The aim of this study is to analyze the work of Primo Levi as inaugural expression of Testimonial Literature. As a methodology, it characterizes the decision to write the account of the experience in Auschwitz as a singular category of literature, insofar as the writing is committed to the depth of ethics, originally understood as a field of philosophical knowledge. Thus, that Auschwitz existed and that there were survivors who decided to write becomes a central question as a critique of violence. Philosophy alone would not be able to produce this critique. This topic is elucidated in the background by the Adornian approach of the non-identical, considering the particularity of Testimonial Literature. From this, as a result of this study, a non-conceptual writing exposes first-hand dynamics of thought that will be studied posthumously by Philosophy. So, the conclusion of this study indicates that Literature is related to Philosophy as other.

Keywords: Primo Levi. Testimonial Literature. Auschwitz. Ethics of Writing. Violence.

Introdução

O tema *literatura de testemunho* apareceu ao mundo intelectual em razão de um cenário bem específico, relacionando-se diretamente com registros produzidos por sobreviventes da Segunda Guerra Mundial. Segundo Ginzburg (2008, p. 1), “encontramos a acepção *literatura de testemunho* em estudos dedicados a Primo Levi”. Nesse contexto, inicia-se em 1947 a publicação de escritos que compõem os estudos desse gênero, sendo a obra *É isto um homem?*, de Levi, inaugural e fundamental (Santos, 2018). Sua singularidade se concentra na pergunta pelo homem que sobreviveu a Auschwitz, apresentando “uma intensa e perturbadora reflexão ética sobre o preço moral da sobrevivência humana” (Santos, 2018, p. 151).

A dimensão que o termo testemunho/testemunha assume com a *Shoah* se torna tema de reflexão sobre sua semântica, na medida em que passa a ser pensado por uma primeira vez

¹ Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). ORCID: 0000-0002-1410-9440. E-mail: marcelolean.s@gmail.com.

nessas circunstâncias. Seligmann-Silva (2010) oferece uma cuidadosa análise a respeito, ao elucidar o sentido do ato de testemunhar em diferentes idiomas, contextos históricos, sem desconsiderar sua aplicabilidade jurídica original. Diante disso, pode-se notar uma transmutação da legitimidade do testemunho, que subentende um tipo peculiar de progressão. Primeiramente, a circunstancialidade do *ouvir* cede terreno à autoridade do *ver*. Depois, a questão progride e culmina, para além dos sentidos, na condição singular do *ter vivido* e *sobrevivido*. Contudo, é fundamental “entender o testemunho na sua complexidade enquanto misto entre visão, oralidade narrativa e capacidade de julgar: um elemento complementa o outro, mas eles relacionam-se também de modo conflituoso” (Seligmann-Silva, 2010, p. 5).

Assim, embora a literatura de testemunho surja em função do registro de situações limítrofes, toma relevo como assunto filosófico por tratar do sobrevivente que *decidiu* escrever, enfrentando toda sorte de dilemas nada convencionais. Como destaca Marco (2004, p. 55): “Os que sobreviveram enfrentam o dilaceramento entre a culpa por ter sobrevivido e o imperativo ético da necessidade de narrar sem trair a verdade”.

No que se refere à decisão de escrever, as reflexões do presente artigo, bem como a aproximação entre literatura e filosofia, encontram seu motivo e se orientam na concepção apresentada por Souza (2018, p. 55) que considera “o ato de escrever” como “definitivo ato de decidir”. O panorama da discussão não é, portanto, harmonioso, uma vez que em razão de “dificuldades para abordagens e procedimentos convencionais da Teoria Literária, não estamos em um campo de entendimento da arte como representação, no sentido atribuído à mimese aristotélica” (Ginzburg, 2008, p. 2). Sendo assim, a dimensão filosófica do escrito de Levi não se apresenta como instante complementar à sua própria apresentação. Tal indissociabilidade se dá tanto por sua dinâmica obviamente existencial quanto pela profundidade de sua concretude moral. Trata-se de um movimento que desajusta e inviabiliza as abordagens estéticas correntes, na medida em que “repõe-se a noção do antigo tópico estético do ‘sublime’, mas este não está mais no plano elevado do belo; está nos subterrâneos do horror” (Marco, 2004, p. 57).

1. De químico a escritor

Primo Levi, italiano, judeu, químico, capturado aos 24 anos de idade e aprisionado em Fóssoli, na Itália fascista. Em seguida fora encaminhado a Auschwitz, como prisioneiro da Alemanha nazista. Lá viveu a história similar a milhões de outros que não sobreviveram. Os que foram até o fim, que morreram no campo, seriam as testemunhas legítimas no entender de

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 13	n. 33	Maio - Agosto 2024	p. 534 - 549
--------------------------	--------	-------	--------------------	--------------

Levi. A história acabou sendo “escrita quase exclusivamente por aqueles que, como eu próprio, não tatearam seu fundo. Quem o fez não voltou, ou então sua capacidade de observação ficou paralisada pelo sofrimento e pela incompreensão” (Levi, 2004, p. 14).

Levi nunca considerou sua sobrevivência um mérito. Pelo contrário, via nisso tudo um novo tipo de culpa, um fardo a carregar justamente por ter sobrevivido. Embora não seja uma percepção exclusiva de Levi, ela nem sempre foi comum entre os sobreviventes. Adorno, ao fazer algumas reconsiderações sobre a escrita após Auschwitz, sinaliza o teor desse tipo peculiar de culpa:

O sofrimento perenizante tem tanto direito à expressão quanto o martirizado tem de berrar; por isso, é bem provável que tenha sido falso afirmar que depois de Auschwitz não é mais possível escrever nenhum poema. Todavia, não é falsa a questão menos cultural de saber se ainda é possível viver depois de Auschwitz, se aquele que por acaso escapou quando deveria ter sido assassinado tem plenamente o direito à vida. Sua sobrevivência necessita já daquela frieza que é o princípio fundamental da subjetividade burguesa e sem a qual Auschwitz não teria sido possível: culpa drástica daquele que foi poupado (Adorno, 2009, p. 300).

Paralelamente à sua carreira profissional de químico, Levi escreveu seus livros. Mas os escreveu de um lugar inexato, marcado pelo trauma. Por essa razão, tornar-se escritor, para um sobrevivente de Auschwitz, não poderia ser nem *hobby* nem ofício. Embora não de forma convicta, Levi pressente o risco de sua escrita carregar aspectos da frieza burguesa. Escrever já não pode significar “passar o tempo”, bem como não corresponde diretamente a “ocupar o tempo” pelo trabalho, sobretudo considerando-se o declínio vivenciado pelo conceito de trabalho no campo, cujo pórtico cinicamente prometia a liberdade na simples consideração da inscrição *Arbeit macht frei*. Nesse sentido, é também fundamental nunca esquecer que o costumou-se chamar de campo é a forma resumida de *Arbeitslager* [campo de trabalho]. Portanto, torna-se frequente para a literatura de testemunho unicamente o uso do termo *Lager* [campo] para se referir à vivência dos prisioneiros.

O ritmo da existência no campo está marcado pela impostura. É certo que os escritos de Levi indicam uma tensão entre estética e ética. Contudo, essa tensão jamais se apresenta como abertura a qualquer tipo de pactuação com o sentido decaído da racionalidade vivida. Surgida na época em que tudo se transforma em mercadoria, incluindo o livro, Levi apresenta uma literatura sem vocação alguma à espessura vulgar da realidade. Seu escrito não se transmuta em produto cujo propósito central consista em vagar por prateleiras de livrarias e salas de estar. Seu livro está certamente nesses lugares, porém como elemento que desfoca a paisagem conciliadora que tais ambientes prometem. Seu esforço é completamente perturbador para um

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 13	n. 33	Maio – Agosto 2024	p. 534 - 549
--------------------------	--------	-------	--------------------	--------------

mundo que costuma idolatrar o que Souza (2018) conceitua como *razão vulgar*. “A razão vulgar é a expressão do humano feito massa, *degenerado*, qual lava indiferenciada, que se amolda sem excessiva dificuldade ao formato daquilo que a possa conter e suportar e que logo se empedra em sua própria intransparência” (Souza, 2018, p. 45).

Por não buscar estabelecer-se como escritor, Levi tornou-se suficientemente livre para libertar seus livros da condição de item da racionalidade vulgar. “A razão vulgar é a razão hoje hegemônica; a legião dos indiferentes constitui a espessura da indiferença que a tudo amortece, exceto a proliferação de si mesma” (Souza, 2018, p. 45). Não buscou consolo, dinheiro ou fama e, sobretudo, nunca pretendeu divertir seu leitor.

A capacidade de suportar o externo que se coagula em obra escrita é rara; em um mundo no qual a sombra da indústria cultural a tudo ameaça cobrir, um universo da banalização e da mediania – do “culto do barato” –, no qual *ghostwriters* pululam em uma agitação frenética e as palavras transformadas em fogos de artifício se multiplicam infinitamente no espasmódico espetáculo da fatuidade, ser capaz de sentir o peso da palavra que desaba sobre sua própria solidão – esse ato de negação do banal – não é tarefa para pusilânimes (Souza, 2018, p. 55).

Ironicamente, talvez contra as intenções de sua força criadora, os livros de Levi se tornaram *bestsellers*. Seu testemunho constrange o mundo pautado pela métrica da fama e pela escrita como mercadoria. São diferentes níveis de um mesmo mal-estar. Embora químico de profissão – e esta talvez seja a mais estranha ironia –, não submete as palavras à alquimia das emoções gerais. Esse estranhamento também atesta sua raridade, expressando uma existência desconfortável. Afinal, ao não apresentar arranjos ou pequenas soluções ele inviabiliza toda e qualquer proposta de conforto.

“Como escapar à sedução do conforto? O que vai finalmente significar a palavra derramada para além das bordas da naturalidade? Retome-se o itinerário. Está-se a falar não de um capricho, ou do desabrochar de um talento – e sim de um ato de loucura” (Souza, 2018, p. 58).

Para que escrever, então? Para que ser escritor?

2. A (in)segurança do habitar

Escrever, ser escritor, no caso de Levi está, portanto, completamente à margem de qualquer expectativa de conforto, segurança, legitimidade etc. Se ele não pode ser catalogado como item da indústria cultural, também não consegue ser reduzido aos interesses do paradigma

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 13	n. 33	Maio – Agosto 2024	p. 534 - 549
--------------------------	--------	-------	--------------------	--------------

reinante, a saber, como indica Seligmann-Silva (2010, p. 5), “falocêntrico e violento (que tende a uma espetacularização da dor)”.

Se o “real” pode ser pensado como um “desencontro” (algo que nos escapa como o sobrevivente o demonstra a partir de sua situação radical), não deixa de ser verdade que a linguagem e, sobretudo, a linguagem da poesia e da literatura, busca este encontro impossível. Vendo o testemunho como o vértice entre a história e a memória, entre os “fatos” e as narrativas, entre, em suma, o simbólico e o indivíduo, esta necessidade de um pensamento aberto para a linguagem da poesia no contexto testemunhal fica mais clara. Paul Celan remeteu insistentemente, no seu famoso discurso “Der Meridien” (de 22.10.1962), a esta ideia de um “encontro misterioso”, “geheimnis Begegnung”, que implica justamente a capacidade “trópica” da língua de unir e cortar pontos aparentemente isolados uns dos outros. “Niemand /zeugt für den/Zeugen”, lemos no poema “Aschenglorie”: ninguém testemunha para quem testemunhou, para quem *vivenciou o invivível*. Mas o testemunho ocorre, “se dá” e é prova e manifestação destes encontros (Seligmann-Silva, 2010, p. 6).

Ter “vivenciado o invivível” foi a condição singular de Levi como escritor. O campo como ambiente inóspito à vida necessitava ser percebido. Estar ali significava presenciar o completo extravio para a possibilidade de se contar histórias, conversar, falar sobre a família, como se costumava fazer em casa – em uma casa autêntica:

Resolvêramos encontrar-nos, nós, italianos, cada domingo à noite, num canto do Campo, mas paramos logo com isso; era triste demais contar-nos, encontrar-nos cada vez em menor número, cada vez mais disformes, esquilidos. E custava caminhar até lá, por perto que fosse; e, ainda, encontrando-nos, aconteceria lembrar, pensar... melhor não (Levi, 1988, p. 35).

538

Considerando que os prisioneiros tivessem fôlego para uma resignação moral, a primeira coisa que deveriam identificar era a inviabilidade da vida naquele espaço. Caso contrário, estariam capitulando o sentido original da resiliência. Ser resiliente não estava em questão. Levi escreve na expansão desse vazio: a *inviabilidade do habitar*. “O ‘manter-se no fato’ [...] remete à situação singular do sobrevivente como alguém que habita na clausura de um acontecimento extremo que o aproximou da morte” (Seligmann-Silva, 2010, p. 5). Habitar precariamente a clausura, o trauma ou a ruptura não corresponde à inteireza outrora vivida do pleno habitar. Para Levi essa plenitude é irrecuperável. Nada a trará de volta, seja o fato de ter sobrevivido, ser capaz e ter decidido escrever; nada, absolutamente nada.

Remetendo à ambiência da segurança proporcionada por uma casa, Levi abre o livro *É isto um homem?* com o poema homônimo: “Vocês que vivem seguros em suas cálidas casas, vocês que, voltando à noite, encontram comida quente e rostos amigos, pensem bem se isto é um homem” (Levi, 1998, p. 9). E encerra o poema – chamamento reflexivo à condição vivida no campo – exortando os que não pararem para pensar no tema: “Ou, senão, desmorone-se a sua casa” (Levi, 1998, p. 10).

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 13	n. 33	Maio - Agosto 2024	p. 534 - 549
--------------------------	--------	-------	--------------------	--------------

A casa é espaço obviamente humanizado e entendido aqui como excelência de uma razão que prestigia a reflexão sobre o sentido da humanização, do existir como humano. Sua segurança é não perverter seu princípio. E Levi está se valendo não de uma figura de linguagem – a casa como metáfora. Ele a sinaliza como espaço da vida humana com algum sentido e relevância; como fundamento e promessa. Ou “desmorone-se”, por não oferecer a hospitalidade necessária à razão e à vida humana, pois enquanto “espaço inóspito da totalização” (Souza, 2018, p. 44), tudo se condena a ser “expressão medíocre de um viver por inércia, um semiviver kafkiano, o pretense ‘habitar’ um mundo sem realmente percebê-lo” (Idem).

Há de se considerar uma condição existencial do sentido do escrever, muito bem observada por Adorno, que viveu em exílio nos Estados Unidos durante o período:

O escritor instala-se em seu texto como em sua casa. [...] Para quem não tem mais pátria, é bem possível que o escrever se torne sua morada. Aí ele também produz inevitavelmente, como outrora a família, detritos e refugos. Mas ele não tem mais um quarto de depósito e em geral não é fácil separar-se dos trastes. Ele arrasta-os então consigo, correndo o risco de, no final, preencher suas páginas com eles. A exigência de ser duro em relação à autocomiseração inclui a exigência técnica de contrapor uma extrema vigilância ao relaxamento da tensão intelectual e de eliminar tudo o que se sedimenta como escória do trabalho, tudo o que funciona de maneira improdutiva, tudo o que, numa etapa anterior, enquanto conversa fiada, talvez tenha provocado uma atmosfera calorosa, conveniente a seu desenvolvimento, mas que no presente não passa de um resíduo insípido e com odor de mofo. No fim das contas, nem sequer é permitido ao escritor habitar o ato de escrever (Adorno, 1993, p. 75).

539

Adorno determina um não-lugar [*utopos*] para o escritor. Conceitualmente, significa dizer que o escrever é atividade utópica por excelência. O fazer autêntico de quem escreve seria justamente perder a segurança do habitar, senti-la como extraviada. Essa perda foi marcada pelos fatos que envolveram o mundo na primeira metade do século 20. De modo paradoxal, a segurança do habitar representa aquilo que a cultura ocidental prometia como elemento fundamental da vida civilizada. É importante lembrar que um dos sentidos do termo *ethos*, raiz da palavra ética, remete à ideia do habitar que dá possibilidades ao viver. Ele representa o acolhimento primordial sem o qual o frágil corpo humano não sobrevive mais do que algumas horas. No entanto, ao escritor resta ser “como a ostra que gera a pérola a partir da irritação, gera no seu interior mais protegido a preciosa semente da sobrevivência desde o trauma, que é seu destino congênito e constante” (Souza, 2018, p. 57).

O externo como ambiente é inóspito para além do campo. A escrita segura, com o conforto garantido, é uma forma de literatura corrompida pela existência burguesa e seus vícios legitimadores. A época contraditória que Levi viveu deixou escapar a verdade que sempre existiu: o escritor nunca pode, em tempo algum, contar com a prerrogativa da segurança para

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 13	n. 33	Maio - Agosto 2024	p. 534 - 549
--------------------------	--------	-------	--------------------	--------------

seu fazer. O escrito verdadeiramente ético é agora um legado oriundo do homem que já não confia totalmente no discurso fundante da civilização. Essa experiência desoladora da desconfiança constitui sua sensibilidade e sua capacidade de percepção do real e o coloca diante de uma questão central: “Como inscrever esse testemunho do aniquilamento do homem nas páginas da modernidade confiante em sua vocação civilizadora?” (Marco, 2004, p. 55).

O escritor é movido pelo compromisso de denunciar que o mundo civilizado – a contar todo seu patrimônio tecnológico – traiu, e continua traindo, a expectativa de acolher a vida, na plenitude das mínimas coisas de que ela necessita para caracterizar-se como autêntica. Por isso se fala, no caso de Levi, na experiência do campo como experiência determinante. Pois, afinal, que tipo de acolhida um campo de concentração poderia oferecer?

3. O sentido produtivo do escrever

Para o campo, idealizado pela associação insidiosa entre trabalho e liberdade, cujo real propósito era o extermínio, a mentira podia ser lida de forma muito clara por cada um dos prisioneiros.

Obviamente, a primeira lição do campo é a de que ele sequestra o sentido humano do trabalho, da produção. Decidido a escrever, Levi é a testemunha que não quer sanar o mal-estar de produzir. Como testemunha quer manter viva todo tipo de contradição que fora perpetuada. Não há desmentidos em contextos cuja gravidade é horrorosa.

Paradoxalmente, o escrito como testemunho se exorciza da insígnia mercadológica de produção literária. Uma força contraditória que não se impõe ao êxito, a partilha pública do fracasso humano internalizado e arrastado pelo sobrevivente. Como afirma Agamben a respeito de Levi:

Mas ele não se sente escritor; torna-se escritor unicamente para testemunhar. Em certo sentido, nunca se tornou escritor. Em 1963, quando já havia publicado dois romances e vários relatos, frente à pergunta se se considerava um químico ou um escritor, respondeu sem pestanejar: “Ah, um químico, sejamos bem claros, não confundamos as coisas”. O fato de que com o passar do tempo, e quase apesar dele, tenha acabado por tornar-se tal, escrevendo livros que nada têm a ver com seu testemunho, o deixa profundamente mal: “Depois escrevi... adquiri o vício de escrever”. “Neste meu último livro, *La chiave a Stella*, despi-me completamente da minha qualidade de testemunha... Com isso não renego nada; não deixei de ser um ex-deportado, uma testemunha...” (Agamben, 2008, p. 26).

Pérola do trauma, a escrita de Levi não se presta a funções terapêuticas. Quando se está em algum processo terapêutico há a expectativa de ultrapassar alguma antiga condição e, conseqüentemente, poder visualizar o horizonte da mudança. No caso dele não havia nada disso.

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 13	n. 33	Maio - Agosto 2024	p. 534 - 549
--------------------------	--------	-------	--------------------	--------------

Não esperava nenhum tipo de metamorfose. A beleza dialética da borboleta não lhe sugere o esquecimento de sua época de lagarta, ou seja, a condição existencial de verme, como imprimia totalitariamente a prática nazista em sua didática do terror.

Na expiação do sobreviver nada poderia haver de dignidade a ser remida pela escrita, pois muito mais eloquente era o registro impregnado em seu corpo e sua memória. As fronteiras entre as dimensões ética e estética se abrem e se confundem. Contudo, os dilemas existenciais continuam à flor da pele. No caso de Levi, essa literalidade viva está tatuada sob o número 174.517, que ele sempre fez questão de mostrar a qualquer outra pessoa, até o fim de seus dias.

Também não havia uma nova habilidade a ser explorada, a partir da qual, em sua condição de homem contemporâneo, ele pudesse decidir instalar-se profissionalmente. O véu ideológico da prosperidade implícita ao sentido do trabalho não exerceu nenhuma força sedutora sobre Levi. Definitivamente nunca se tratou disso, e como ele mesmo pontua: nada mais que um vício adquirido.

O escrever é a dimensão assoladora que projeta a sombra sob a qual a subjetividade humana pode ou não suportar a si própria. O efeito do escrever não é indicativo de positividade. Na escrita de um sobrevivente qualquer objetividade ou intenção de causar um efeito positivo facilmente lembraria a familiaridade medicinal e higiênica preconizada pelos nazistas. No entanto, a sujeira intencional, categórica e bem ordenada do campo não deve ser esquecida. Antes de tudo, Levi estabelece uma distinção fundamental surgida da consciência de não desejar *tornar-se limpo*. Nesse sentido, também não há saúde a ser almejada, impedindo o equívoco grosseiro de tentar aproximar a literatura de testemunho a qualquer modalidade contemporânea de filosofia vitalista.

541

4. Sobreviver à experiência

Agamben (2008) lembra a condição quase anedótica com a qual Levi percebia a si próprio no espelho social do pós-guerra. Relatava suas experiências para qualquer pessoa que via, pois para o sobrevivente o sentido do pós-guerra projeta uma continuidade eufórica. O sobrevivente não dorme mais sem sonhar com aquele lugar. *Aquilo* nunca acabou. Sobre o sintomático do trauma a respeito do pós-guerra, ele escreveu:

As primeiras notícias sobre os campos de extermínio nazistas começaram a difundir-se no ano crucial de 1942. Eram notícias vagas, mas convergentes entre si: delineavam um massacre de proporções tão amplas, de uma crueldade tão extrema, de motivações tão intrincadas que o público tendia a rejeitá-las em razão de seu próprio absurdo. É significativo como essa rejeição tenha sido prevista com muita antecipação pelos

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 13	n. 33	Maio - Agosto 2024	p. 534 - 549
--------------------------	--------	-------	--------------------	--------------

próprios culpados; muitos sobreviventes (entre outros, Simon Wiesenthal, nas últimas páginas de *Gli assassini sono fra noi*, Milão, Garzanti, 1970) recordam que os SS se divertiam avisando cnicamente os prisioneiros: “Seja qual for o fim desta guerra, a guerra contra vocês nós ganhamos, ninguém restará para dar testemunho, mas, mesmo que alguém escape, o mundo não lhe dará crédito. Talvez haja suspeitas, discussões, investigações de historiadores, mas não haverá certezas, porque destruiremos as provas junto com vocês. E ainda que fiquem algumas provas e sobreviva alguém, as pessoas dirão que os fatos narrados são tão monstruosos que não merecem confiança: dirão que são exageros da propaganda aliada e acreditarão em nós, que negaremos tudo, e não em vocês. Nós é que ditaremos a história dos *Lager*” – campos de concentração.

[...] Curiosamente, esse mesmo pensamento (“mesmo que contarmos, não nos acreditarão”) brotava, sob a forma de sonho noturno, do desespero dos prisioneiros. Quase todos os sobreviventes, oralmente ou em suas memórias escritas, recordam um sonho muitas vezes recorrente nas noites de confinamento, variado nos particulares mas único na substância: o de terem voltado para casa e contado com paixão e alívio seus sofrimentos passados, dirigindo-se a uma pessoa querida, e de não terem crédito ou mesmo nem serem escutados. Na forma mais típica (e mais cruel), o interlocutor se virava e ia embora silenciosamente (Levi, 2004, p. 9-10).

Para quem vivenciou o campo o pós-guerra poderia sugerir apenas o grandioso recomeço do zero: dos escombros à milagrosa reconstrução das cidades. Mas há uma fenda humana que não é exposta pela concretude da reconstrução. Era sobre essa fenda que sobravam palavras para Levi. Talvez por isso ele se percebesse como inconveniente, pois se concretamente o pós-guerra é o momento de reconstrução, para a qual o imaginário humano precisa se empenhar – baixar a cabeça e trabalhar –, ficar falando, então, da estrutura degenerativa cultivada no campo significa um inconveniente contraste na crosta vulgar da racionalidade. *A exigência produtiva do trabalho inibe sua dimensão crítica*. Nesse sentido, deve-se considerar que Levi (2004) também reflete sobre a necessidade de um processo de “decantação” para os fatos históricos.

Levi entendera que os eventos que atravessa a vida humana não formulam nenhuma preparação prévia. O inconveniente lhe perturba, pois foi vivido em intensidade. De um instante para outro, uma quantidade de pessoas estranhas estava lançada a um destino comum. Também a circunstância cruel da incógnita viagem de Fóssoli a Auschwitz inspirava algum empenho:

Foram justamente as privações, as pancadas, o frio, a sede que, durante a viagem e depois dela, nos impediram de mergulhar no vazio de um desespero sem fim. Foi isso. Não a vontade de viver, nem uma resignação consciente: dela poucos homens são capazes, e nós éramos apenas exemplares comuns da espécie humana (Levi, 1988, p. 15).

Para onde se estava indo? Ninguém sabia se estavam sendo dirigidos à prisão ou à simples execução. O próprio nome Auschwitz, até então, não remetia a nenhum lugar

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 13	n. 33	Maio – Agosto 2024	p. 534 - 549
--------------------------	--------	-------	--------------------	--------------

conhecido. Ironicamente, era desconhecido sob dois aspectos: a cidade desimportante em algum canto da Europa e, o mais relevante, o destino que esse lugar reservava aos viajantes.

As portas foram trancadas imediatamente, mas o trem só partiu à noite. Soubemos com alívio qual era o nosso destino: Auschwitz. Um nome que, para nós, nada significava, mas deveria corresponder a algum lugar nesse mundo (Levi, 1988, p. 16).

5. O fardo do sobreviver

Sobre esse “lugar” de nome estranho, que não poderia ser considerado uma cidade tal como nossas civilizações costumam idealizar, é que se deveria agora falar. Desse sistema degenerativo ele retornou. Agamben lembra sobre Levi: “Sentindo de perto esse mal-estar; é que eu o encontrei nas reuniões da editora Einaudi. Ele podia sentir-se culpado por ter sobrevivido, não por ter testemunhado. ‘Estou em paz comigo porque testemunhei’” (Agamben, 2008, p. 27).

Sobreviver e testemunhar são circunstâncias diversas. Distintas posições éticas estão implicadas àqueles que conseguiram escapar. Levi poderia achar injusto – pois também o golpe de sorte é em alguma medida uma injustiça – ter sobrevivido, mas o compromisso assumido, nada heroico para ele, de relatar seu testemunho – falar e escrever sobre – não era uma consequência da sobrevivência. Ele queria se desconectar da mera sobrevivência. Dessa perspectiva é que surge sua observação sobre Henek, um adolescente húngaro que fazia vezes de Kapo: “Quando havia seleção no Bloco das crianças, era ele quem escolhia. Não sentia remorso? Não: por que sentir? Acaso havia outra maneira para sobreviver?” (Levi, 1997, p. 33).

Em Auschwitz – e muitos sobreviventes que não escreveram falam a partir dessa perspectiva – o manter-se vivo tinha como “espera” a possibilidade futura de relatar os horrores lá vivenciados. A expectativa de tornar-se uma testemunha passava a ser a razão de se continuar vivo dentro do campo. Ali estavam depositados os sonhos dos prisioneiros. Não havia outra esfera para o sonho. Por outro lado, o desejo – que em nossas cidades organizadas é alvo de exagerada atenção –, para quem arrastava sua sobrevivência no campo, dirigia-se quase que com exclusividade à saciedade da fome.

Imaginando hoje o que teria sido o campo pode-se entender a diferença decisiva entre sonhar e desejar. Diferença esta que é ofuscada na maneira como nossa sociedade está organizada. Quem sobrevive à vida crua do campo jamais se reinsere em contextos fúteis e banais. Nesse sentido se pode dizer que o sobrevivente se torna um indivíduo impróprio para o espírito desta sociedade. Nela, todos devem ter seu lugar de inserção e alinhamento.

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 13	n. 33	Maio – Agosto 2024	p. 534 - 549
--------------------------	--------	-------	--------------------	--------------

No ritmo da sociedade dirigida ao consumo cada indivíduo é visualizado como uma “peça” sua. É claro que essa franqueza na linguagem é velada pela propaganda. Mas no campo, onde os pudores são suspensos, os soldados nazistas elegeram essa expressão em seu vocabulário. Levi relata que quando a tropa SS chegou a Fóssoli para transferir os prisioneiros a Auschwitz – primeiro encontro de Levi com os alemães – eram tratados como “peças”.

Com a absurda precisão à qual em breve nos acostumaríamos, os alemães fizeram a chamada. Ao final – *Wieviel Stuck?* – perguntou o sargento, e o cabo, batendo continência, respondeu que as “peças” eram seiscentas e cinquenta, e que tudo estava em ordem. Embarcaram-nos, então, nos ônibus e nos levaram até a estação de Carpi. Lá nos esperavam o trem e a escolta para a viagem. E lá recebemos as primeiras pancadas, o que foi tão novo e absurdo que não chegamos a sentir dor, nem no corpo nem na alma. Apenas um profundo assombro: como é que, sem raiva, pode-se bater numa criatura humana? (Levi, 1988, p. 14-15).

Quem vive a vida mais crua, sem fantasias (que são as elaborações desejosas, os fetiches) não compartilha por questões essencialmente psicológicas o espírito de uma sociedade em que é veladamente considerado uma peça. Essa é a subjetividade do sobrevivente, incapacitado para o projeto de uma sociedade em que encenamos consumir quando na verdade somos consumidos. Ironicamente, o campo é o radical mosteiro que prepara o verdadeiro ascético capaz de resistir à esquizofrenia do mundo contemporâneo. O sobrevivente não adere mais ao discurso publicitário da inclusão. A vida crua no campo desvela as ideologias. E quem sobrevive a ele assume a tarefa existencial de reconduzir sua vida sem elas. Trata-se de uma recondução precária na medida em que qualquer expectativa de *Ordnung* [ordem] fora esgotada no campo pelos próprios nazistas.

Agamben (2008, p. 35) destaca que o sobrevivente não quer ser reconhecido como um mártir: “O que aconteceu nos campos tem pouco a ver com o martírio”. Para representar a catástrofe, Agamben argumenta que não é apropriado o uso de termos como indizível ou inenarrável. Esses adjetivos são utilizados para glorificar Deus (Agamben, 2008). Desse ponto de vista é um erro e contribui para que não se pense sobre Auschwitz. Os adjetivos indizível e inenarrável abrem caminho para a inclusão de outro adjetivo: irracional. O testemunho tem tudo a ser narrado, trazido para a linguagem e racionalidade – exposto ao *logos*. “Mas por que indizível? Por que atribuir ao extermínio o prestígio da mística?” (Agamben, 2008, p. 41).

A mística obscurece o tema dissolvendo sua relevância. O fato de existir aqueles que decidem não falar não determina o aspecto indizível do tema. Há quem decide e reconhece a importância no dizer. Rotular de indizível talvez seja uma tentativa de esconder o quanto o tema é assustador e nos diz respeito.

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 13	n. 33	Maio – Agosto 2024	p. 534 - 549
--------------------------	--------	-------	--------------------	--------------

Dizer que Auschwitz é “indizível” ou “incompreensível” equivale a *euphemein*, a adorá-lo em silêncio, como se faz com um deus; significa, portanto, independente das intenções que alguém tenha, contribuir para sua glória. Nós, pelo contrário, “não nos envergonhamos de manter fixo o olhar no inenarrável”. Mesmo ao preço de descobrirmos que aquilo que o mal sabe de si, encontramos-lo facilmente também em nós (Agamben, 2008, p. 42).

6. Dignidade devorada

Não se trata de expressar dimensões indizíveis, incompreensíveis, inomináveis. Embora os nacionalismos costumem desabitatar a vida (Said, 2003), tornando-a invivível do ponto de vista de sua concretude, não há nada que possa ser soterrado pela dimensão da linguagem, da razão e da memória. A força humana sequer seria competente para isso, na medida em que mantém contínua sua capacidade de projetar representações.

Trata-se de pensar a catástrofe como aniquilamento (Marco, 2004). E nesse sentido seria mais correto expressá-la como um processo de devoração. Nesse sentido, o povo cigano tem um termo peculiar para nomear a catástrofe: *Porajmos*. Na impossibilidade do habitar, encontram no próprio “desabrigo da língua” (Marco, 2004, p. 64) essa palavra que representa o ato de devorar; a devoração. Afinal, diante da “catástrofe, entendida como aniquilamento” (Marco, 2004, p. 61) é justo perguntar: O que foi devorado dos homens em Auschwitz?

Lendo o testemunho de Levi entende-se facilmente que os nazistas empreenderam a devoração da dignidade de certos grupos humanos. Como diz Adorno: “O ser vivo que se quer devorar precisa ser mau” (Adorno, 2009, p. 28). O devorado precisa antes ser desqualificado, moralmente inferiorizado, tornado indigno. E Adorno continua, com sua conhecida conclusão sobre o sistema tornado estômago. Assim os nazistas encararam a ideia de sistema, seguindo essa dinâmica antropomorfizada como sua política oficial. O projeto de Hitler era provar que as etnias que perseguia não eram humanas, destruindo nos prisioneiros qualquer vestígio do contrário pela vivência cotidiana do campo. E esse projeto está sempre integrado a outras dinâmicas contemporâneas mais naturalizadas, pois “com o tempo, os nacionalismos bem-sucedidos atribuem a verdade exclusivamente a eles mesmos e relegam a falsidade e a inferioridade aos outros, como na retórica do capitalista contra o comunista (ou do europeu contra o asiático)” (Said, 2003, p. 50).

O campo é o laboratório, cuja vivência tratava de produzir a “verdade” como artifício. Como disse Janina Bauman: “A coisa mais cruel da crueldade é que desumaniza suas vítimas antes de destruí-las. E a mais dura das lutas é continuar humano em condições inumanas”

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 13	n. 33	Maio - Agosto 2024	p. 534 - 549
--------------------------	--------	-------	--------------------	--------------

(Bauman, 1998, p. 237). E se chegou muito próximo dessa meta, com o muçulmano, que era o apelido dado a todo prisioneiro que chegara a um estágio de extrema degradação física, a julgar pela entrega de seus corpos como analogia à posição de oração na cultura islâmica. Impróprio para toda atividade humana, o muçulmano era o futuro indesejado pelos demais prisioneiros. Como regra, seu rosto era evitado por todos. Afirmou Aldo Capri: “Ninguém quer cenas e figuras do Lager; ninguém quer ver o *Muselmann*” (Agamben, 2008, p. 58). No campo já não havia vida digna, e fitar o rosto do muçulmano representava literalizar a verdade fabricada pelos nazistas; encarná-la.

Para a estética nazista, da raça prepotentemente superior, do senhor contra o escravo, o trabalho é humilhação e assim tem de ser cumprido *isento* da dignidade humana. O ariano puro não merece ser maculado por tais funções. O empreendimento nazista imprime sua moral em todos os níveis. A descrença na atividade humana é sua bandeira, que consiste em rebaixar a cultura humana à escória, cumprindo sua tarefa de desacreditar no homem, pois “o aniquilamento do homem ecoou no aniquilamento da utopia humanista” (Marco, 2004, p. 53). Através do medo e do terror eleva a obediência a um patamar político-social mais vigoroso que o maior esforço fraterno. Somente assim, a estrutura do campo – a garantida de seu funcionamento político, embora fosse uma aberração do conceito aristotélico de polis – estava garantida. E a morte de cada uma de suas peças (como insiste Levi) não era avaliada segundo a moral kantiana do fim em si mesmo, mas pesada pelo incômodo que poderia ou não causar: o que fazer com *isso*? Para a funcionalidade nazista da política devorante, que nada mais é que racionalidade instrumental levada às últimas consequências, a morte não representa ônus algum, pois, afinal, peças não morrem.

As atividades das peças, que exerciam um trabalho abaixo das condições de escravidão, expressavam com isso a ruína do conceito, a regressão que oblitera a humanidade do trabalho. As peças, que cada vez menos lembram a dignidade de um ser humano, desenham a naturalização da injustiça estabelecida desatualizando todo o esforço teórico marxiano. Não para menos, Marx precisou ser relido de soslaio pela mais competente abordagem filosófica sobre o tema, a saber, a Escola de Frankfurt.

Considerações finais

Com a literatura de testemunho o ato de escrever passa a exigir um novo cuidado, pois historicamente dispõe do campo como modelo comparativo; sua inóspita ambientação. O

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 13	n. 33	Maio – Agosto 2024	p. 534 - 549
--------------------------	--------	-------	--------------------	--------------

campo é a referência para tudo aquilo que moralmente não se deveria mimetizar. Nesse sentido, justifica-se a máxima adorniana, a saber, o imperativo de que Auschwitz não se repita. E é sempre importante lembrar que não é preciso uma nova guerra para que se dê essa repetição. Esta se dá em movimentos particulares que garantem sua universalidade: através de gestos mínimos perdura a totalidade da destruição.

Assim, o compromisso moral está em detalhes que poucos têm capacidade para perceber. A moral é mais microscópica que magna, porque a ética não resulta de um habitar seguro, como se acreditou por tanto tempo. O escritor contemporâneo deve estar melancolicamente ciente disso, pois seu tipo impossível de exílio “é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada” (Said, 2003, p. 46). O escrito tem de expressar com clareza, do início ao fim, que é inapropriado para um possível refúgio do autor. O livro não é uma morada. Nem para o autor e menos ainda para o leitor. Como obra, o escrito não pode oferecer consolo. Esteticamente já se apresentava essa impossibilidade que agora, sob o ponto de vista ético, também é desvelada, como afirma Levi (2004, p. 74): “a nós o biombo da ignorância deliberada, o *partial shelter* de T. S. Eliot, foi negado: não pudemos deixar de ver”.

547

A ética não remete mais à originalidade de seu sentido grego de morada. Sem nenhum pudor, essa mensagem – uma péssima nova – é dada pela literatura de testemunho como *outro* da filosofia. Como diz Adorno: “O conteúdo filosófico só pode ser apreendido onde a filosofia não o introduz do alto de sua autoridade. É preciso abandonar a ilusão de que ela poderia manter a essência cativa na finitude de suas determinações” (Adorno, 2009, p. 19).

Assim, o escritor está desprotegido da pretensão original de acolhimento que o termo grego *ethos* carrega. A morada só teria um sentido ético enquanto promessa. Se o escritor acreditar que realmente mora, *habita*, então seu escrito é traçado pela finitude, pois sua potência se limita. Sobre isso diz Adorno:

A filosofia tradicional acredita possuir seu objeto como um objeto infinito e, assim, enquanto filosofia, se torna finita, conclusiva. Uma filosofia transformada precisaria revogar essa petição, não poderia enredar a si mesma e aos outros na crença de que teria o infinito à sua disposição. Ao invés disso, porém, em um sentido atenuado, ela mesma se tornaria infinita na medida em que despreza a possibilidade de fixar-se em um *corpus* de teoremas enumeráveis. Ela teria o seu conteúdo na multiplicidade, não enquadrada em nenhum esquema, de objetos que se lhe impõem ou que ela procura; ela se abandonaria verdadeiramente a eles, sem usá-los como um espelho a partir do qual ela conseguiria depreender uma vez mais a si mesma, confundindo a sua imagem com a concreção. Ela não seria outra coisa senão a experiência plena, não reduzida, no *medium* da reflexão conceitual (Adorno, 2009, p. 19-20).

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 13	n. 33	Maio – Agosto 2024	p. 534 - 549
--------------------------	--------	-------	--------------------	--------------

Há um elemento paradoxal na estética. “Arte e filosofia não têm o seu elemento comum na forma ou no procedimento configurador, mas em um modo de comportamento que proíbe a pseudomorfose” (Adorno, 2009, p. 21). Aqui Adorno afirma que não há um encontro entre arte e filosofia, mas que “são fiéis na oposição”.

Toda tentativa de produção – e o escrito é apenas uma delas – precisa posicionar-se em terreno distinto da cumplicidade com o campo. Mas também precisa evitar a coesão social que a frieza burguesa professa. Que Auschwitz tenha existido é consequência de uma sociedade que se organiza a partir da indiferença.

Há o terror de narrar algo crucial e não ser escutado com atenção. O sobrevivente que decide escrever revela que a vida digna está confinada na antessala entre a verdade e a mentira, entre exílio e prisão. Como apontado por Adorno, falta-nos “elaborar o passado”, observação também assinalada por Levi (2004). O esforço de Levi é mostrar que a catástrofe – “combinação de engenho tecnológico, de fanatismo e de crueldade”, como ele diz – não seja esquecida, tratada como “coisa de outro tempo”. Essa dimensão crítica a literatura de testemunho preserva. Todos seus “personagens” reais têm uma relação distinta com a possibilidade crítica de que o sobreviver não se torne um esquecimento do passado.

548

No campo não há nada a ser edificado. O paradigma ético de Levi não despreza o homem, pois tenta inclusive compreender a que ponto chega a ação do homem. Deslocado, o escritor chega a um novo nível da reflexão ética. A Torre de Babel que é o campo coloca o sujeito em um novo contraste, para o qual ninguém está previamente preparado. Levi insiste na necessidade de uma compreensão mais aprofundada:

Fomos capazes, nós sobreviventes, de compreender e de fazer compreender nossa experiência? Aquilo que comumente entendemos por “compreender” coincide com “simplificar”: sem uma profunda simplificação, o mundo a nosso redor seria um emaranhado infinito e indefinido, que desafiaria nossa capacidade de nos orientar e decidir nossas ações. Em suma, somos obrigados a reduzir o cognoscível a um esquema: tendem a este objetivo os admiráveis instrumentos que construímos no curso da evolução e que são específicos do gênero humano, a linguagem e o pensamento conceitual (Levi, 2004, p. 31).

O não-idêntico é aceito e vertido pela Literatura. Ela se ergue sem expurgá-lo. No caso específico de Levi, sua literatura de testemunho traça um paralelo muito forte com a crítica filosófica ao conceito, na medida em que margeia a densidade da violência racionalizada.

Do lado interno do arame farpado há outro mundo que não apenas separa temporalmente o homem do século 21, mas que, sobretudo, este resiste a crer na possibilidade de repetição. Contudo, como narrativa sobre a violência, Levi não poderia expressar-se por uma linguagem

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 13	n. 33	Maio - Agosto 2024	p. 534 - 549
--------------------------	--------	-------	--------------------	--------------

amena. A crueza do real testemunhado pode oprimir o leitor que, despreparado para o mal-estar, tende a domesticar sua percepção, ficcionando-a. Mas a literatura de testemunho de Levi não é obra de ficção, pois seu relato, enquanto conteúdo reflexivo, continua pulsando em nossos dias.

Referências

ADORNO, T. **Dialética negativa**. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

ADORNO, T. **Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada**. Trad. Luiz Eduardo Bicca. São Paulo: Ática, 1993.

AGAMBEN, G. **O que resta de Auschwitz**. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

BAUMAN, Z. **Modernidade e Holocausto**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LEVI, P. **É isto um homem?** Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEVI, P. **A trégua**. Trad. Marco Lucchesi. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

LEVI, P. **Os afogados e os sobreviventes**. Trad. Luiz Sérgio Henriques. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARCO, V de. **A literatura de testemunho e a violência de Estado**. In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 62, 2004, p. 45-68.

GINZBURG, J. **Linguagem e trauma na escrita do testemunho**. In: *Revista Conexões Letras*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, 2008, p. 1-6.

SAID, E. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, M. L. dos. **Victor Klemperer: a linguagem do mal e a nazificação da sociedade alemã**. In: *Veritas: Revista de Filosofia*, Porto Alegre, v. 63, n. 1, 2018, p. 150-189.

SELIGMANN-SILVA, M. **O local do testemunho**. In: *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 2, n. 1, jan./jun. 2010, 3-20.

SOUZA, R. T. de. **Ética do escrever: Kafka, Derrida e a Literatura como crítica da violência**. Porto Alegre: Zouk, 2018.

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 13	n. 33	Maio - Agosto 2024	p. 534 - 549
--------------------------	--------	-------	--------------------	--------------